

RELATÓRIO ANUAL 2023

SICOOB CREDIÇUCAR



somos
COOP»



 **SICOOB**
Crediçucar

SUMÁRIO

1

Mensagem do Presidente

4

Balanço Social 2023

8

Notícias 2023

55

Relatório Parecer
da Auditoria Externa

3

Conselhos e Diretoria
(Conselho de Administração,
fiscal e diretoria executiva)

6

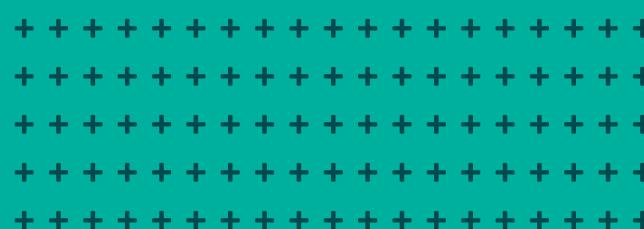
Certificação GPTW
GREAT PLACE TO WORK

50

Relatório de
Administração

106

Parecer do
Conselho Fiscal



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nosso desempenho financeiro tem sido sólido, graças ao comprometimento de nossos colaboradores e à confiança de nossos cooperados.

Caros cooperados, neste ano em que estamos comemorando 20 anos da constituição de nossa Cooperativa Sicoob Crediçucar, gostaria de inicialmente parabenizar o idealizador do projeto o Sr. Antonio Carlos Zampar, bem como os apoiadores do projeto Sr. Mario Dedini Ometto e sua esposa a Sra. Wanda Maria Gianetti Dedini Ometto, e também os 26 sócios fundadores:

Wanda Maria Gianetti Ometto
Reinaldo Chitolina Filho
Marcio Milan de Oliveira
Luiz Fernando Ferraz de Siqueira
Carlos Frederico Pereira
Luiz Caio Franco de Camarco
Luiz Alexandre de Camargo César
José Eduardo Venanzi Bussioli
Valquiria Regina Ghiraldini Zampar
Luiz Antonio Carnielli
Isaac Donizeti Peliteiro
José Carlos Zanetti
José Carlos da Ponte Pereira
Dorival Leonel de Lima
Valdir Serra
Devanil Martins
José Edson Gomes Trovó
Vanderlei Voltareli
Carlos Alberto Tagnolli Torelli
Dirceu Francisco Gonzales
Ivo Luiz Lonardoni
José Roberto Ferreira Martins
Sergio Bryan Correa
Antonio Carlos Barbosa
Edna Francisco Melo
Roberto Alvarenga
e também os primeiros colaboradores: Umberto José Marcomini, Luiz Carlos Zampar, Fabiola Deperon Pereira Lepri.

Lembrando que começamos com o PA 00 de Santa Cruz das Palmeiras, depois abrimos o PA 01 na cidade de Vargem Grande do Sul, o PA 02 na cidade de Porto Ferreira e recentemente o PA 03 na cidade de Casa Branca.

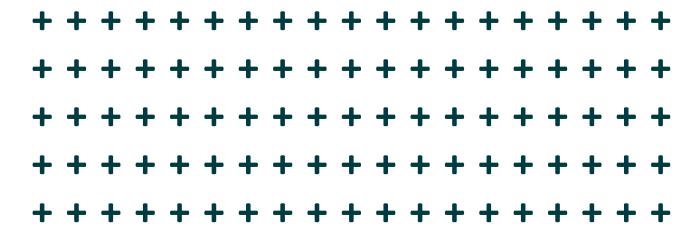
E é com orgulho que comunico que em outubro de 2023 passamos de pequena para média cooperativa, pois ultrapassamos o valor de \$ 200.000.000,00 de Ativo Total, também fomos classificados pelo segundo ano seguinte pela GPTW como excelente empresa para se trabalhar, passando de 90 para 92 pontos dos 100 possíveis, esclareço que essa avaliação é feita com a participação dos colaboradores.

Ressalto ainda que no ano de 2023 nossa cooperativa proporcionou economia no valor de R\$ 31.158.098, proporcionando aos 7.163 cooperados ativos um valor de ganho social de R\$ 4.349. As sobras antes das destinações estatutárias foram de R\$ 1.214.518.

Esses valores correspondem às 4 cidades onde temos PAs em atividades.

Muito obrigado.

Santa Cruz das Palmeiras-SP, Abril de 2024.



“É por meio do trabalho conjunto e do engajamento de todos que conseguimos crescer e prosperar juntos.”

José Emilio Ortolani
Presidente do Conselho de Administração



CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Emílio Ortolani
Vice-Presidente:	Marcio Antonio Franco de Camargo
Conselheiros:	Denilson Fonseca Fracari Edelson Luis de Abreu Luis Flavio Mazzotti Rodrigo Neves Dias

CONSELHO FISCAL

Efetivos:	Antônio Duarte Ribeiro Ederson Fabiano Bardellin Sonia Rosines Boscolo
------------------	--

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo:	Daniel Sossai
Diretor de Negócios:	Umberto José Marcomini



PROpósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



VISÃO

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.



MISSÃO

Transparência, Ética, Respeito, Responsabilidade, Solidariedade, Comprometimento, Justiça financeira, Compromisso socioambiental

4

Balanço Social 2023

Confira os dados para o balanço social 2023.

BALANÇO SOCIAL 2023

EMPREGADOS DIRETOS	68
ESTAGIÁRIOS	04
INDIRETOS	11
 DOAÇÕES	 R\$ 22.494,06
 TREINAMENTOS	 R\$ 147.207,44
 IMPOSTOS	 R\$ 431.201,61
ISSQN 5%	R\$ 82.738,97
COFINS 4%	R\$ 65.087,62
PIS s/folha 1%	R\$ 47.878,87
PIS s/receita 0,65%	R\$ 10.576,74
IRPJ - 11142	R\$ 93.032,92
CSLL	R\$ 70.219,75
IPTU	R\$ 21.604,39
TAXAS MUNICIPAIS ITBI	R\$ 40.062,35

Certificação GPTW 2024

GREAT PLACE TO WORK

6



CERTIFICAÇÃO GPTW GREAT PLACE TO WORK

Para conseguir a certificação GPTW, a organização precisa ter uma pesquisa válida, isto é, atingir a amostra mínima de respondentes e uma nota igual ou superior a 70.

Isso significa dizer que, no mínimo, 7 em 10 funcionários precisam ter uma percepção favorável da organização. As organizações que atingirem esse critério estarão certificadas por 12 meses, receberão um selo de certificação para utilizar nas suas comunicações e passarão a ser elegíveis aos rankings das Melhores Empresas para Trabalhar.



MELHOR PARA
AS PESSOAS



MELHOR PARA
OS NEGÓCIOS



MELHOR PARA
O MUNDO

O certificado de Great Place to Work é uma validação da cultura da empresa e serve como um fator de atração para profissionais. No momento que a pessoa entra em contato com uma vaga em determinada empresa e identifica esse selo, as chances de ela querer fazer parte da organização aumentam significativamente.



2024

92 pontos



2023

90 pontos

8

Fevereiro de 2023

Na última semana, o Sicoob Crediçucar efetuou doações para algumas instituições de nossa região. Cooperativismo é isso: apoio ao esporte e às necessidades da comunidade.

Notícias do Ano de 2023

Eventos em que participamos, criamos e patrocinamos





NOTÍCIAS 2023



187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcrediçucar #cooperativismo

Fevereiro de 2023

No dia de ontem, 27 de fevereiro de 2023, nosso conselheiro José Emilio Ortolani (o Bico), tomou posse na Instalação do Comitê Regional Cecresp (Comitê ESG). O evento ocorreu na Cooperativa Sicoob Cressem em São José dos Campos/SP.

Parabéns José Emilio por essa conquista, estamos orgulhosos de você!

Março de 2023

Nesta última quarta-feira (08/03) nossos diretores, Umberto Marcomini e Daniel Sossai, estiveram na cidade de Sorocaba/SP na 1ª Edição Convenção de Vendas Sistema CECRESP e receberam o prêmio de 1º lugar conquistado entre as cooperativas do Sicoob Cecresp pelo ótimo resultado apresentado em 6 produtos.

Obrigado a todos por essa conquista.



NOTÍCIAS 2023



Março de 2023

No dia 16/03 foi realizada a Intercooperação no Sicoob Crediacil em Leme/SP, para conhecer a Cooperativa Mirim Sagrada Família.





NOTÍCIAS 2023



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

Abril de 2023

Aconteceu no dia 31 de março de 2023 o 2º Happy Hour Mulheres de Negócios, realizado pela CMEC @cmeccasabranca e Associação Comercial de Casa Branca.

O Sicoob Crediçucar esteve presente, apoiando e fomentando o empreendedorismo de Casa Branca/SP e região.



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

NOTÍCIAS 2023



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

Abril de 2023

Os colaboradores e Voluntários Transformadores do Sicoob Crediçucar realizaram, no dia de ontem (26 de abril de 2023), a Contação de Histórias sobre Educação Financeira na Escola Estadual Francisco Eugênio de Lima, localizada na cidade de Casa Branca.

O evento proporcionou uma manhã divertida e educativa para os alunos e foi organizado em parceria com a instituição financeira. A iniciativa faz parte das ações promovidas pelo Sicoob Crediçucar em prol da disseminação da educação financeira.



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

NOTÍCIAS 2023



Maio de 2023

Os colaboradores e Voluntários Transformadores do Sicoob Crediçucar realizaram no dia 27 de abril de 2023, a Contação de Histórias sobre Educação Financeira na EEPG Dr. Carlos Guimarães, localizada na cidade de Santa Cruz das Palmeiras.

O evento proporcionou uma manhã divertida e educativa para os alunos e foi organizado em parceria com a instituição financeira. A iniciativa faz parte das ações promovidas pelo Sicoob Crediçucar em prol da disseminação da educação financeira.



Maio de 2023

Aprenda a transformar sua vida financeira em um sucesso!

Participe da palestra sobre organização financeira, controle de gastos e noções básicas de investimentos. Saiba como elaborar seu orçamento familiar, identificar suas despesas, reduzir gastos e melhorar a utilização da receita familiar.

Participe da palestra sobre organização financeira, controle de gastos e noções básicas de investimentos. Saiba como elaborar seu orçamento familiar, identificar suas despesas, reduzir gastos e melhorar a utilização da receita familiar.

Participe da palestra sobre organização financeira, controle de gastos e noções básicas de investimentos. Saiba como elaborar seu orçamento familiar, identificar suas despesas, reduzir gastos e melhorar a utilização da receita familiar.

NOTÍCIAS 2023



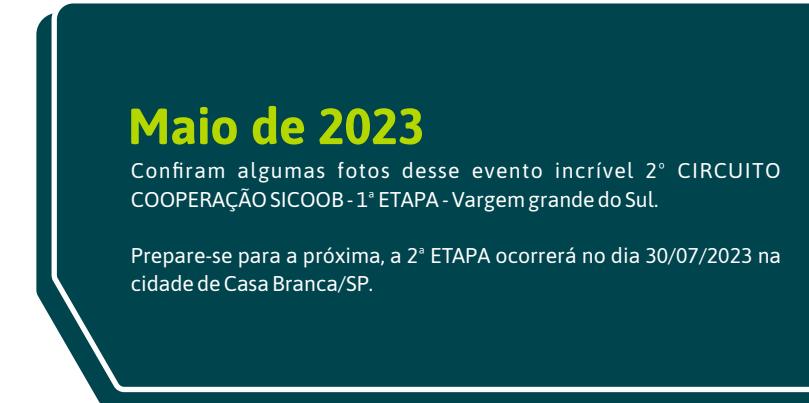
187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

Maio de 2023

Nós do Sicoob Crediçucar tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a 1ª Copa Libertadores de Santa Cruz das Palmeiras @juventudescp. Confira algumas fotos dos jogos do dia 21 de maio de 2023.

Sicoob Crediçucar, sempre apoiando o esporte em nossa região.



Maio de 2023

Confiram algumas fotos desse evento incrível 2º CIRCUITO COOPERAÇÃO SICOOB - 1ª ETAPA - Vargem grande do Sul.

Prepare-se para a próxima, a 2ª ETAPA ocorrerá no dia 30/07/2023 na cidade de Casa Branca/SP.



187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

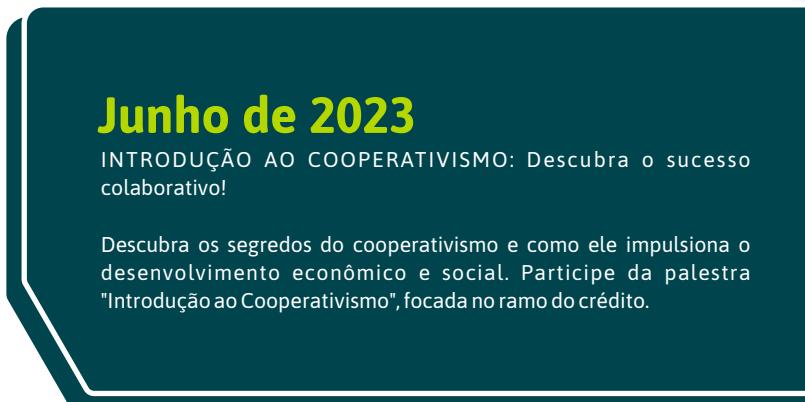
NOTÍCIAS 2023



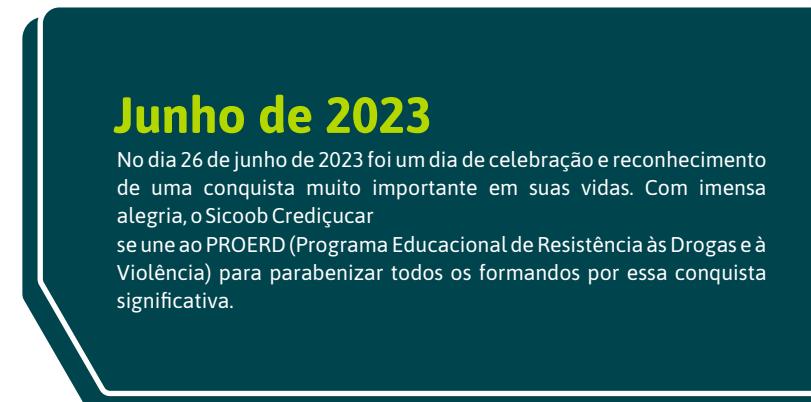
Junho de 2023
Acompanhamos de perto a semifinal da 1ª Copa Libertadores de Santa Cruz das Palmeiras @juventudescp! Foi uma manhã emocionante, com dois jogos incríveis e momentos inesquecíveis. Queremos compartilhar com você algumas fotos dos jogos do dia 25 de junho de 2023.

187 curtidas

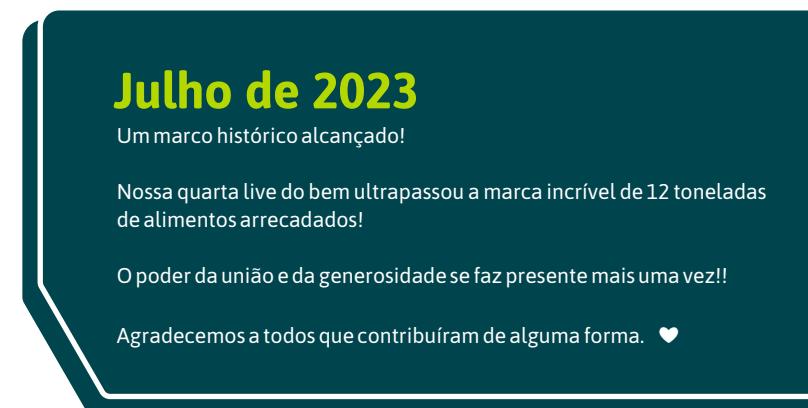
sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo



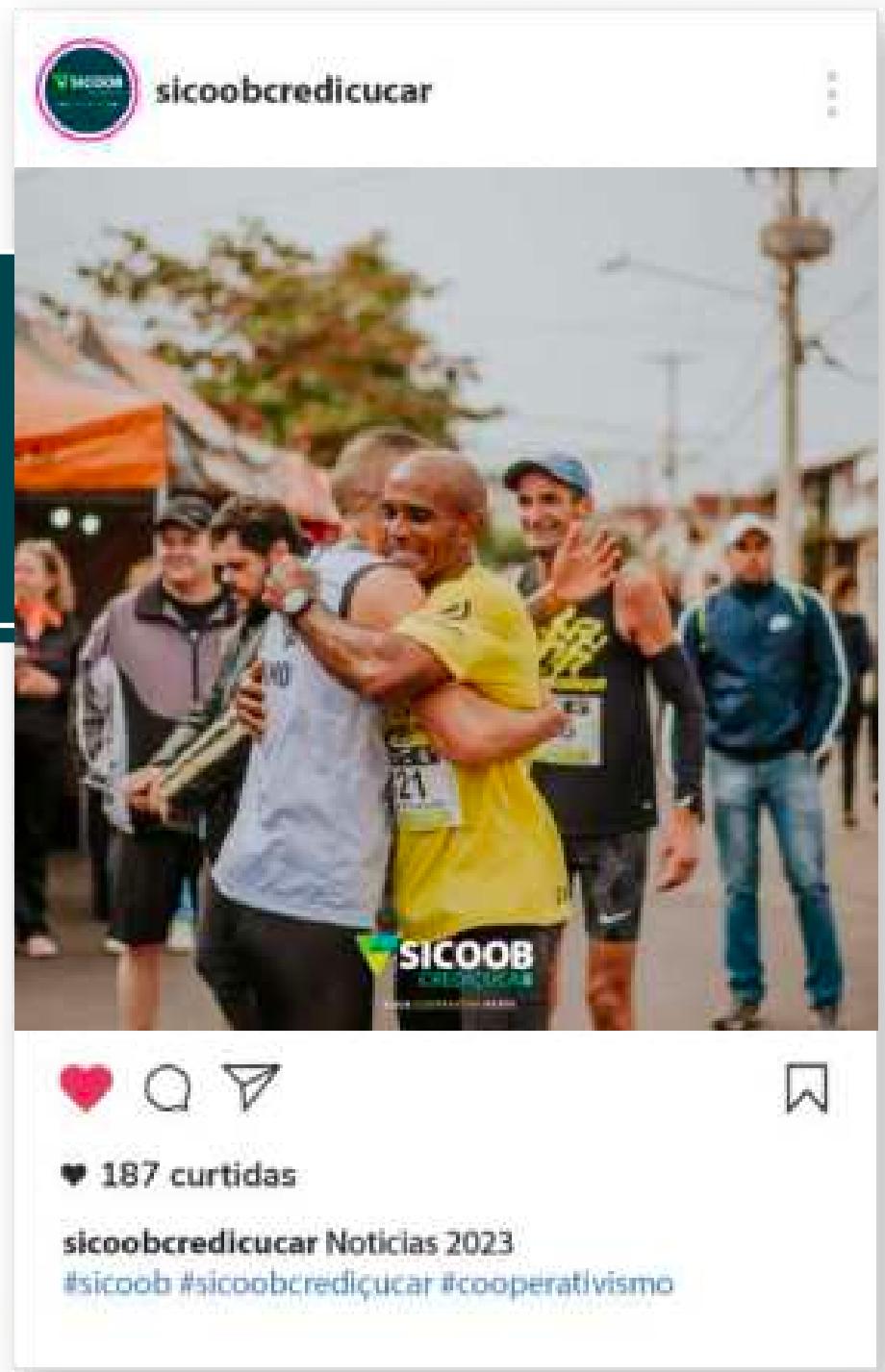
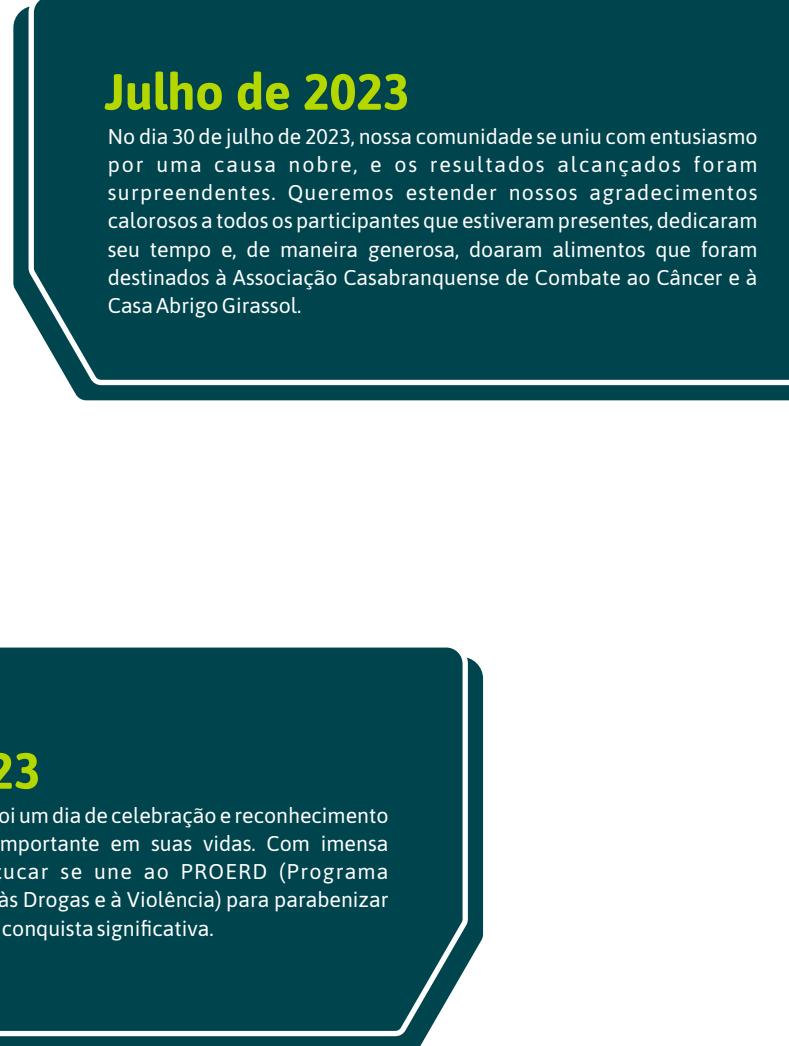
NOTÍCIAS 2023



NOTÍCIAS 2023



NOTÍCIAS 2023

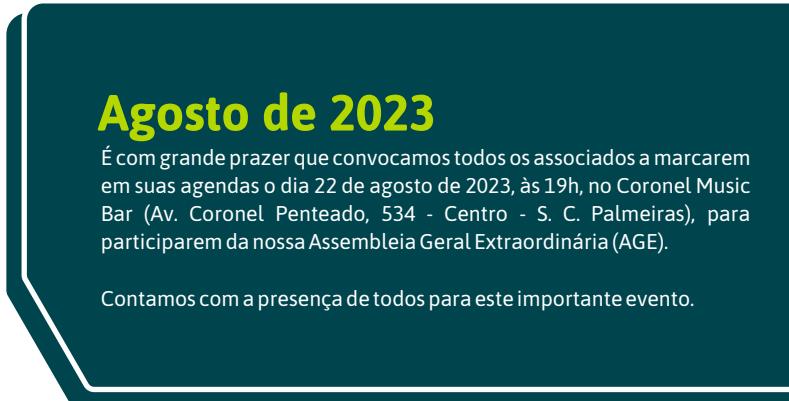


NOTÍCIAS 2023



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcrediçucar #cooperativismo



NOTÍCIAS 2023



187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

Agosto de 2023

Querida comunidade de Vargem Grande do Sul e região!

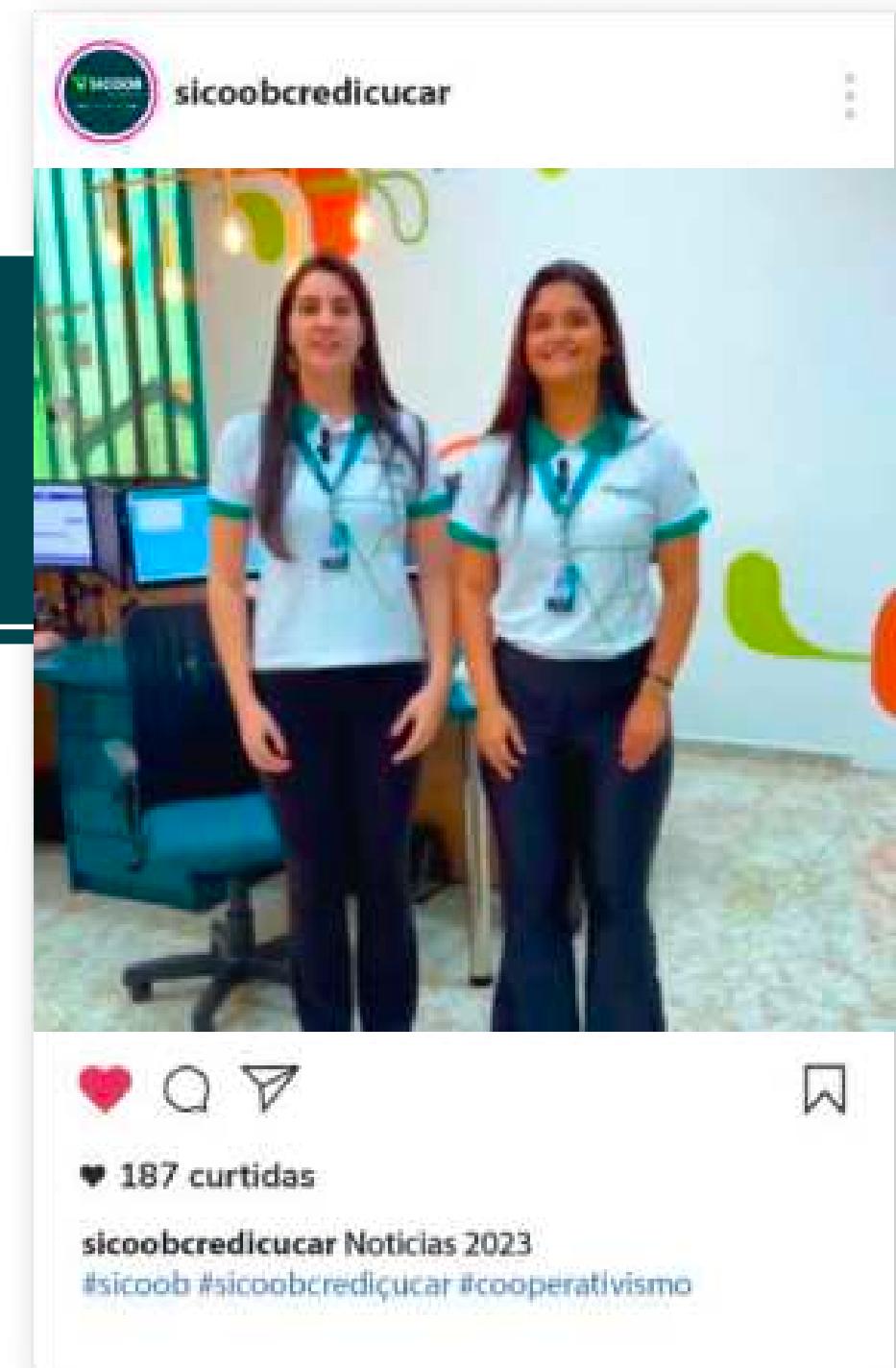
Que evento incrível que foi a Festa da Batata 2023! Queremos expressar nossa mais profunda gratidão a todos os membros, parceiros e amigos que tornaram este evento tão especial e memorável.

Setembro de 2023

Conheça a Crediçucar Digital!

Na Crediçucar Digital, entendemos a importância do atendimento humanizado em suas necessidades financeiras.

Aqui, você encontrará especialistas, prontos para ouvir, entender e ajudar a encontrar soluções que se adaptem a você. Porque acreditamos que cada cooperado é único!



187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

NOTÍCIAS 2023



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

Setembro de 2023

Entre os dias 07 a 10 de setembro de 2023, vivenciamos momentos incríveis na 21ª Festa das Nações em Vargem Grande do Sul!

Fomos orgulhosos patrocinadores do evento, contribuindo para a elaboração dos deslumbrantes figurinos das apresentações.

Não perca a chance de conferir algumas fotos deste grande acontecimento. O Sicoob Crediçucar está sempre ao lado da cultura.

Setembro de 2023

No dia 7 de setembro, nós, do Sicoob Crediçucar, tivemos a honra de patrocinar mais uma edição desse evento esportivo incrível que reuniu atletas e entusiastas da corrida em um dia repleto de superação e diversão.



NOTÍCIAS 2023

sicoobcredicucar

FAÇA SUA EMPRESA VOAR ALTO

O Sicoob Crediçucar em parceria com o SEBRAE inicia o programa Educa Crediçucar!

Convidamos a todos os empresários cooperados (MEI, ME e EPP) para capacitação em gestão empresarial através de palestras e consultorias estruturadas e individuais.

SICOOB SEBRAE

187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcrediçucar #cooperativismo

Setembro de 2023

Em 24 de setembro de 2023, vivenciamos a magia da união e do esforço coletivo. Cada passo dado pelos participantes não foi apenas um avanço na pista, mas um salto em direção à solidariedade e ao apoio mútuo. Graças a vocês, conseguimos fazer a diferença na vida de muitos, apoiando o SOLAR dos Jovens de Ontem com doações generosas.

sicoobcredicucar

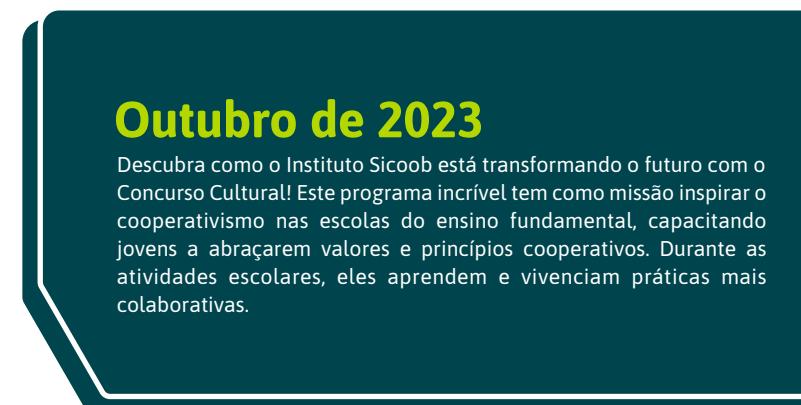
Setembro de 2023

Em 24 de setembro de 2023, vivenciamos a magia da união e do esforço coletivo. Cada passo dado pelos participantes não foi apenas um avanço na pista, mas um salto em direção à solidariedade e ao apoio mútuo. Graças a vocês, conseguimos fazer a diferença na vida de muitos, apoiando o SOLAR dos Jovens de Ontem com doações generosas.

187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcrediçucar #cooperativismo

NOTÍCIAS 2023



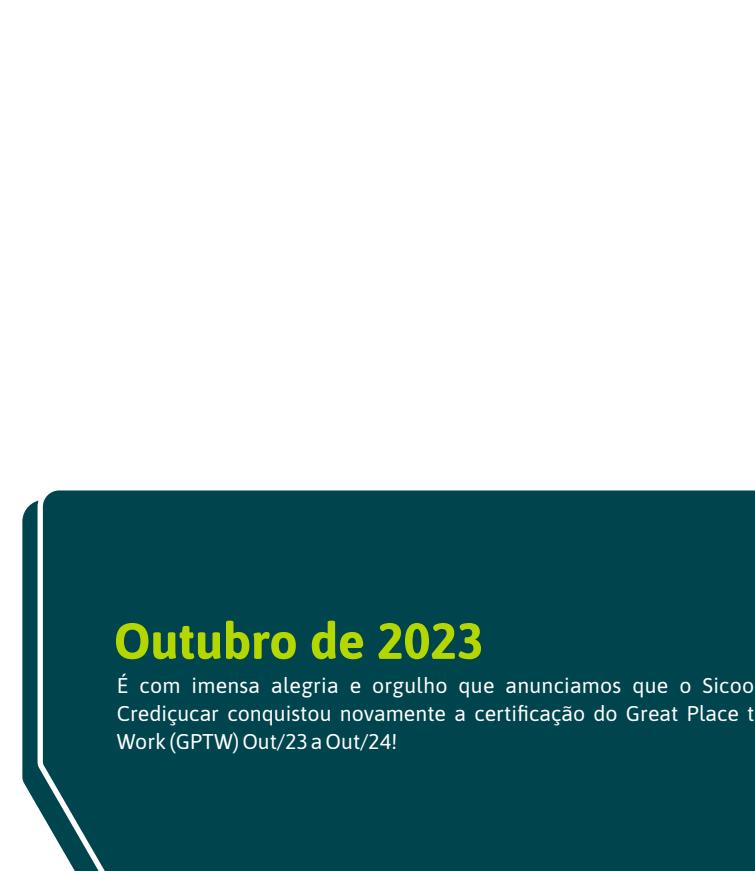
NOTÍCIAS 2023



187 curtidas
[sicoobcredicucar Notícias 2023](#)
[#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo](#)

Outubro de 2023

É com imensa alegria e orgulho que anunciamos que o Sicoob Crediçucar conquistou novamente a certificação do Great Place to Work (GPTW) Out/23 a Out/24!



NOTÍCIAS 2023



Novembro de 2023

Convocamos todos da nossa comunidade, nossos queridos cooperados e suas famílias para se juntarem a nós na emocionante caravana "Caminhos do Brasil", uma parceria incrível entre o Ministério da Cultura e o Sicoob.

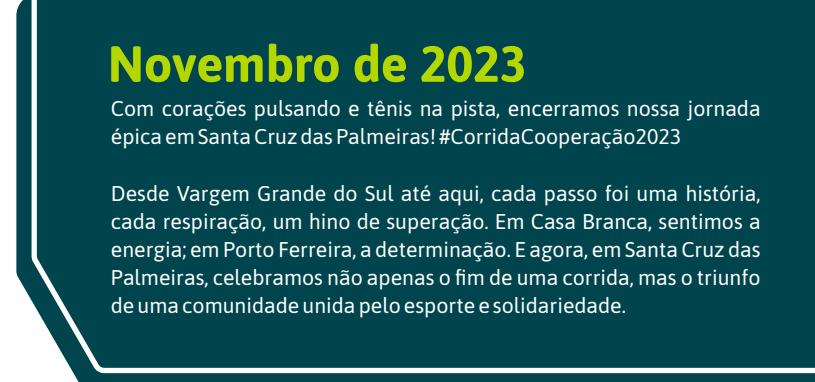
Será um dia especial para nos conectarmos, compartilharmos ideias, participarmos de rodas de conversa, desfrutarmos de uma seleção de livros, assistirmos a curtas-metragens inspiradores, nos enriquecermos com palestras e, claro, nos encantarmos com as maravilhosas apresentações locais.



Outubro de 2023

Temos o prazer de compartilhar com todos vocês um momento verdadeiramente marcante. Graças à exitosa coleta e distribuição de alimentos durante a 3ª Etapa do Circuito de Corridas Sicoob Crediçucar CooperAção, tivemos a honra de receber um gesto tocante do Solar dos Jovens de Ontem, a entidade beneficiada. Este ato nos recorda a força da generosidade e do espírito de união comunitária.

NOTÍCIAS 2023

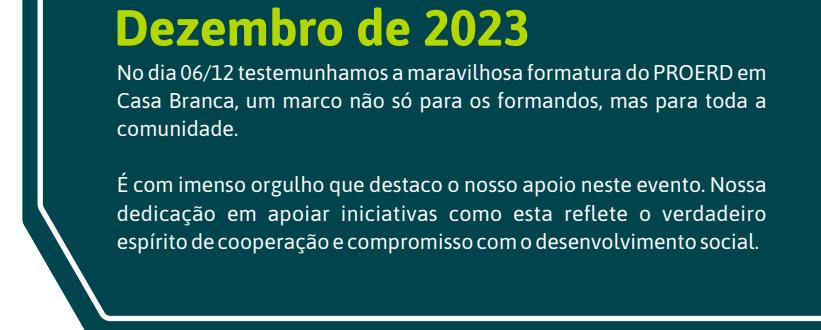


NOTÍCIAS 2023



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo



♥ 187 curtidas

sicoobcredicucar Notícias 2023
#sicoob #sicoobcredicucar #cooperativismo

NOTÍCIAS 2023



Dezembro de 2023

Neste Natal, o Sicoob Crediçucar, com o caloroso apoio da Polícia Militar, transformou alegria em missão! Nos dias 21, 22 e 23 de dezembro, percorremos os corações de Santa Cruz das Palmeiras, Casa Branca, Vargem Grande do Sul (com o apoio de Tenda Soluções e Eventos) e Porto Ferreira, levando não apenas bolas e brinquedos, mas também abraços, esperança e muitos sorrisos.

Cada brilho nos olhos das crianças nos bairros mais humildes foi um lembrete do verdadeiro espírito natalino: compartilhar amor e solidariedade.

Dezembro de 2023

Corações aquecidos e pratos cheios! Graças à generosidade e ao espírito de cooperação vivenciado na 4ª Etapa do Circuito de Corridas Sicoob Crediçucar CooperAção, conseguimos transformar cada passo corrido em um ato de amor e solidariedade.

Hoje, o Centro Social Nossa Senhora do Rosário está repleto não apenas de alimentos, mas de esperança e gratidão. Cada doação recebida é um lembrete poderoso de que, juntos, podemos fazer a diferença na vida de muitos.



Relatório da Administração

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

50

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB CREDIÇUCAR.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntas um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável. Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIÇUCAR é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.



Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 82,20% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB CREDIÇUCAR registrou o total de 15 (quinze) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a **(operações de crédito e atendimento)**. Das reclamações, 8 (oito) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	-44,39%	1.744.199,42	3.136.379,10

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	7,01%	10.625	9.629

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	1.063,53%	5.407.229,00	4.647.725,00
Carteira Comercial	39,43%	102.870.417,33	81.382.775,34
Total	32,32%	108.277.646,33	81.827.900,72

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 31,94% da carteira, no montante de R\$ 34.585.951,38.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	12,59%	31.208.225,86	27.717.937,60
Depósitos sob aviso	0,91%	1.420.615,09	1.304.628,24
Depósitos a prazo	27,57%	130.770.756,30	102.509.049,85
LCI	-	3.040.429,41	-
Total	26,54%	166.440.222,66	131.531.615,80

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 22,91% da captação, no montante de R\$ 37.915.318,91.

Descrição	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	14,14%	20.618.092,64	18.239.294,95

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP, 31 de dezembro de 2023.



55

Relatório parecer da auditoria externa

*Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações financeiras.*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos associados e administradores da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDIÇUCAR
Santa Cruz das Palmeiras - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDIÇUCAR (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDIÇUCAR em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 9 de fevereiro de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3


André Zerbetto Chinarello
Contador - CRC 1SP335254/O-8

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO
SICOOB CREDIÇUCAR
CNPJ: CNPJ: 06.910.457/0001-10
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		201.732.391,01	159.047.842,20
DISPONIBILIDADES	4	1.892.605,84	1.868.087,01
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		202.708.596,84	158.301.281,63
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	22.086.477,71	19.547.892,29
Títulos e Valores Mobiliários	6	70.109.925,88	54.602.331,93
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(41.278,37)	0,00
Relações Interfinanceiras	4	22.377,15	50.493,66
Centralização Financeira		22.377,15	50.493,66
Operações de Crédito	7	108.277.646,33	81.827.500,72
Outros Ativos Financeiros	8	2.253.448,14	2.273.063,03
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO		(10.058.023,98)	(8.069.730,13)
(-) Operações de Crédito	7.e	(9.226.788,51)	(7.468.676,62)
(-) Outras	8.1	(831.235,47)	(601.053,51)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	154.134,39	414.177,62
OUTROS ATIVOS	10	4.001.882,77	4.036.505,44
IMOBILIZADO DE USO	11	5.646.549,80	4.755.111,87
INTANGÍVEL	12	167.027,82	155.307,92
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(2.780.382,47)	(2.412.899,16)
TOTAL DO ATIVO		201.732.391,01	159.047.842,20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		201.732.391,01	159.047.842,20
DEPÓSITOS	13	163.399.797,25	131.531.615,89
Depósitos à Vista		31.208.225,86	27.717.937,80
Depósitos Sob Aviso		1.420.815,09	1.304.628,24
Depósitos a Prazo		130.770.756,30	102.509.049,85
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		10.539.592,60	3.152.985,16
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	3.040.425,41	0,00
Relações Interfinanceiras		5.392.652,22	435.782,20
Repasses Interfinanceiros	15	5.392.576,08	435.782,20
Outras Relações Interfinanceiras	16	76,14	0,00
Outros Passivos Financeiros	17	2.106.514,97	2.717.202,96
PROVISÕES	18	663.338,66	776.465,47
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	420.789,80	275.335,32
OUTROS PASSIVOS	20	2.659.297,02	2.805.940,67
PATRIMÔNIO LIQUIDO		24.049.575,68	20.505.499,69
CAPITAL SOCIAL	21	16.015.426,94	12.866.848,06
RESERVAS DE SOBRAS	21.b	7.519.147,78	6.803.938,29
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.c	515.000,96	834.713,34
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		201.732.391,01	159.047.842,20

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

SICOOB CREDIÇUCAR

CNPJ: CNPJ: 06.310.457/0001-10

III MONTAÑA XIX SICOB CREDIÇUCAR

Em Reais

	Notas 2 e 5em. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INÍCIO DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES			
FINANCIERA			
Operações de Captação no Mercado	10.894.298,04	24.871.488,94	27.809.088,75
Operações de Investimento	23 11.132.548,77	28.349.451,74	19.351.101,38
Reservado de Aplicações Intermediárias de Investimentos	5 1.071.016,05	2.517.797,50	2.101.036,00
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c 3.272.084,02	5.741.638,52	6.437.930,31
RESUMO FINANCEIRO DA SICOB CREDIÇUCAR			
FINANCIERA			
Operações de Captação no Mercado	24 (9.792.073,18) (21.410.013,79) (16.215.406,00)		
Operações de Investimento	13.d (7.141.121,38) (13.553.025,74) (11.182.529,38)		
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	15.b (249.967,01) (203.614,16) (14.814,32)		
III MONTAÑA XIX SICOB CREDIÇUCAR	(2.301.350,07) (9.506.623,59) (5.032.919,60)		
RESUMO FINANCEIRO DA SICOB CREDIÇUCAR	8.132.294,08	14.291.174,45	11.841.359,14
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DESPESAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Ingressos e Recursos de Prestação de Serviços	(4.801.680,81) (9.301.969,51) (8.180.012,22)		
Rendas de Tarifas	25 2.057.063,41	3.620.656,00	2.599.850,58
Despendos e Despesas de Pessoal	26 258.072,02	1.811.756,03	1.792.652,19
Despendos e Despesas de Pessoal	27 (3.907.222,90) (7.682.275,24) (6.371.570,95)		
Salários e Remuneração de Funcionários Administrativos	28 (1.142.557,00) (6.491.052,00) (6.451.718,00)		
Despendos e Despesas Administrativas	29 (1.149.621,00) (2.943.410,56) (2.814.078,00)		
Despendos e Despesas Operacionais	30 1.770.321,00	2.160.750,00	1.487.074,00
Outros Despendos e Despesas Operacionais	31 (6.705.336,57) (2.382.553,30) (874.516,13)		
PROVISÃO			
Provisão/Reversões para Contingências	32 (142.852,00) (156.011,44) (400.7118,86)		
Provisão/Reversões para Contingências	(52.719,00) (67.719,55) (130.729,52)		
Provisão/Reversões para Contingências	(34.820,00) (69.020,56) (111.240,56)		
III MONTAÑA XIX SICOB CREDIÇUCAR	4.151.088,45	4.784.208,40	2.801.404,18
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS			
SOBRADAS DE TÍTULOS ANTES DAS DESTINAÇÕES	33 81.500,17	153.005,00	165.974,97
RESUMO FINANCEIRO DA SICOB CREDIÇUCAR	4.232.401,62	1.817.457,89	2.138.378,13
IMPORTE DO IRM SICOB CREDIÇUCAR			
Imposto de Renda Sobre Venc Nôo Cooperados	(983.752,67) (116.252,80)		
Contribuição Social Sobre Venc Nôo Cooperados	(53.032,02) (93.032,02)		
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	(70.219,70) (70.219,70)		

As Notas Expositivas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

SICOOB CREDIÇUCAR

CNPJ: CNPJ: 06.310.457/0001-10

III MONTAÑA XIX SICOB CREDIÇUCAR

Em Reais

	2 e 5em. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRADAS DE TÍTULOS ANTES DAS DESTINAÇÕES			
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Capital do Sistema Financeiro Nacional	4.069.217,00	1.744.199,42	2.106.378,10

As Notas Expositivas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

SICOOB CREDIÇUCAR

CNPJ: CNPJ: 06.310.457/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	11.083.207,52	(1.406.377,80)	5.851.704,14	473.015,82	10.523.230,00
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para acionistas	473.015,82			(473.015,82)	(473.015,82)
Outros Eventos/Reservas:				24.774,87	24.774,87
Movimentação de Capital:					
Por Utilização de Reservas	2.126.794,00	(180.770,00)			- 1.946.024,00
Por Encadernação (-)	(1.041.101,00)				- (1.041.101,00)
Excesso de Capital	(729,70)				- (729,70)
Desinvestimento de Fundos					0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital					0,00
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio				(1.324.022,35)	(1.324.022,35)
Juros sobre o Capital Próprio, Iiquido				1.301.050,25	1.301.050,25
Desinvestimento Sobre o Período:					
Uso de Reservas				107.459,00	107.459,00
I ALTO - Até Cooperativo				607.745,00	607.745,00
I ALTO - Ac. Nôo Cooperativo				627.015,00	627.015,00
Saldos em 31/12/2022	14.550.046,70	(1.687.008,70)	6.800.938,29	804.710,34	20.505.489,00

Continua

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	14.550.046,70	(1.687.008,70)	6.800.938,29	804.710,34	20.505.489,00
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Desinvestimento de Reservas	3.257.636,25	(35.523,82)			3.121.112,43
Outros Eventos/Reservas:					(1.348.032,24)
Movimentação de Capital:					(187,33)
Por Utilização de Reservas	3.257.636,25	(35.523,82)			3.121.112,43
Por Devolução (-)	(1.348.032,24)				
Excesso de Capital	(187,33)				
Reversão/Realização de Fundos					72.984,73
Sobras ou Perdas do Período Anterior das Destinações e dos Juros ao Capital					72.984,73
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					1.741.184,00
Uso de Reservas					(229.081,81)
Juros sobre o Capital Próprio, Iliquido					1.511.102,19
Desinvestimento Sobre o Período:					705.126,31
Uso de Reservas					705.126,31
FATOS / Atos Cooperativos					(54.375,12)
Saldos em 31/12/2023	17.818.440,40	(1.822.022,69)	7.519.147,73	915.000,96	24.049.575,00

Continua

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO
SICOOB CREDIÇUCAR
CNPJ: CNPJ: 06.310.457/0001-10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em Reais

continua...

	CAPITAL	CAPITAL A SUBSCRIÇÃO	RESERVA DE CAPITAL	SEGURO DE CAPITAL	ACUMULOS	OUTROS
Saldos em 01/01/2023						
Outras Transações Sociais						
Movimentação de Capital:						
Novo Acionista/Retirada	1.732.998,00	45.988,00	-	-	1.779.986,00	
Por Devolução (-)	(731.065,25)				(731.065,25)	
Exerto do Capital	(87,33)				(87,33)	
Reversão/Realização de Fundos						
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	72.584,78	72.584,78	
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				4.059.217,95	4.059.217,95	
Juros sobre o Capital Próprio:				(249.911,00)	(249.911,00)	
Holding/Outras Saldos do Período:	450.201,15	-	-	-	450.201,15	
Capital de Reserva	-	-	601.129,31	(701.129,31)	-	
FATOS - Atas Cooperativas				164.379,12	164.379,12	
Saldos em 31/12/2023	17.828.449,45	(1.823.032,59)	7.519.147,78	519.000,96	24.049.575,08	

As tabelas hipotéticas são estimativas e não parte integrante desse demonstrativo financeiro.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO
SICOOB CREDIÇUCAR
CNPJ: CNPJ: 06.310.457/0001-10
III MONTAGEM DA SÍNTESIS DE LUCROS DA CAIXA
 Em Reais

	2º Sem. 2023	2º Trimestre 2023	2º Trimestre 2022
SOBRES ANTÉS DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Físico da Cooperativa	1.220.447,00	1.220.447,00	1.220.447,00
Dividendos de capital e Dividendos	(280.447,00)	(280.447,00)	(280.447,00)
Provisão de Impostos para Provisão Especial de Provisão de Crédito	2.391.960,07	2.391.960,07	2.391.960,07
Provisão de Impostos para Capitalizações	94.982,78	94.982,78	94.982,78
Provisão de Impostos para Operações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Provisão de Impostos para Contingências	52.718,00	52.718,00	52.718,00
Impulsiono de Depósitos em Conta	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Atenções Pessoais	182.402,00	182.402,00	182.402,00
SOBRES OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES ADJUSTADO	8.600.000,00	11.424.315,00	10.844.722,00
Montante/Resolução em Ativos Operacionais			
Aj. captação financeira e de Liquidez	(1.283.495,70)	(1.283.495,70)	(1.283.495,70)
Ativo e Valores Mobiliários	(2.511.100,00)	(14.504.254,01)	(14.504.254,01)
Relações Intercooperativas	7.124,00	7.124,00	7.124,00
Operações de Crédito	31.511.750,00	(12.820.704,77)	(29.317.335,13)
Outras Ativ. Financeiras	210.220,00	21.620.000,00	21.000.000,00
Ativos Financeiros e Bens	229.000,00	202.000,00	200.000,00
Outras Ativ.	(284.571,00)	24.022,07	1.022.020,02
Reservado/Reduzido em Passivo Operacional			
Depósito de Voz	3.438.770,00	2.426.228,00	(1.193.416,70)
Depósito aos Atos	80.516,00	115.188,00	35.631,00
Depósito de Faz	21.219.000,00	22.261.106,00	12.148.025,00
Reservado de Ativ. e Descontos de Titulos	2.040.425,00	2.040.425,00	2.040.425,00
Reservas Interfinanceira	2.000.007,78	1.826.070,00	10.000,00
Outra Reserva Financeira	2.007.578,10	2.010.007,00	77.120,00
Provisão	(1.41.700,00)	(77.945,00)	(162.317,00)
Outros Reservados Financeiros	89.000,00	103.499,00	72.745,00
PALES - Atas das Cooperativas	(36.370,00)	(34.375,00)	32.045,00
PALES - Atas das Cooperativas	0,00	0,00	32.045,00
Reservado/Valuation de Fundos	(21.984,00)	(21.984,00)	74.847,00
Impulsiono Renda Fixa	(51.721,00)	(51.721,00)	
Contribuição Social Payer	(97.770,00)	(97.770,00)	
CAIXA LIQUIDO AFILIADO / UNICLADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.490.962,00)	(8.620,00)	(1.867.964,00)
Atividades de Investimento			
Dividendos de Dividendos da Cooperativa	0,00	34.883,00	11.478,00
Dividendos de Outra da Central Cooperativa	0,00	48.056,17	43.391,00
Juros sobre o Capital Físico da Cooperativa	383.447,00	383.447,00	384.000,00
Aquisição de Imóveis	(11.710,00)	(11.710,00)	-
Aplicação de Investimento de Linha	(26.170,00)	(26.170,00)	(26.170,00)
Aplicação de Investimento	(71.460,00)	(60.000,00)	(50.000,00)
CAIXA LIQUIDO AFILIADO / UNICLADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(596.502,47)	(1.418.196,00)	(596.502,47)
Atividades de Financiamento			
Aumento por novas operações de Capital	1.713.000,00	1.151.111,00	1.000.000,00
Desvalores de Capital e Cooperativa	(791.000,00)	(1.348.052,00)	(1.041.164,00)
Excesso de Capital	(81,00)	(78,00)	(70,00)
Dividendos de Outra Para Arrecadação Payer	0,00	(2.086,00)	(1.201,00)
Juros sobre o Capital Próprio Payer	520.200,00	520.200,00	1.000.000,00
Outro resultado financeiro	(1.083,18)	(1.083,18)	(24.745,00)
CAIXA LIQUIDO AFILIADO / UNICLADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.575.898,74	2.391.962,02	2.221.006,00
ALIMENTO / RETENÇÃO DE LIQUIDEZ NA CAIXA E FONTEIS OUTRAS DE CAIXA	(10.124,20)	(2.287,00)	14.621,00
Modificações Imóveis de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	2.048.391,00	1.913.580,00
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	1.914.902,00	1.914.902,00
Variação Imóveis de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(10.124,20)	(2.287,00)
			14.621,00

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

1 Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO**, doravante denominado **SICOOB CREDIÇUCAR** é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/07/2004**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIÇUCAR, sediado à **RUA CORONEL PENTEADO, N° 427, CENTRO, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP**, possui: 4 Postos de Atendimento (PAs) e 1 Posto de Atendimento Eletrônico nas seguintes localidades: VARGEM GRANDE DO SUL - SP, PORTO FERREIRA - SP, CASA BRANCA - SP, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP, 1 Posto de Atendimento Digital e a Unidade administrativa em Santa Cruz das Palmeiras - SP.

O SICOOB CREDIÇUCAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e

normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **31/12/2023**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif;
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif; e
- iv) **Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A **Resolução BCB nº 352/23** revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos

novos processos e políticas.

- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021. Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:
 - **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
 - **Requerimentos de reconhecimento e mensuração inicial:** conhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
 - **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
 - **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
 - **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
 - **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades e pela Centralização Financeira mantida na Central, de alta liquidez,

com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. (se aplicável)

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

- a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;
- b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito

e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

n) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

q) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

t) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIÇUCAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

t) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIÇUCAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários (a)	1.892.605,84	1.868.087,01
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	22.377,15	50.493,66
TOTAL	1.914.982,99	1.918.580,67

(a) No que diz respeito ao caixa e depósitos bancários, este está composto, por caixa no valor de R\$ 1.329.498,84 e numerário em trânsito no valor de R\$ 563.107,00.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art.17, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Liquidez	22.086.477,71	-	22.086.477,71	19.547.892,29	-	19.547.892,29
TOTAL	22.086.477,71	-	22.086.477,71	19.547.892,29	-	19.547.892,29

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98% e 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	3º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.278.706,35	2.547.797,59	2.081.057,08

6 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação Em Cooperativas Central da Crédito (PCC)	-	1.311.597,30	1.311.597,30	-	2.410.055,20	2.410.055,20
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito (I)	-	301.028,00	301.028,00	-	151.028,74	151.028,74
Participação Em Cooperativas, Fins Sociais Cooperativas Central Da Crédito (I)	-	325,00	325,00	-	265,00	265,00
Títulos de Renda Fixa (TFR)	61.211.501,32	21.211.731,23	82.423.232,55	-	42.457.356,36	-
CPTI (F)	2.902.474,01	3.200.741,02	6.102.215,03	-	-	-
Custo de Fundos de Investimento	-	-	-	1.511.820,04	-	1.511.820,04
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	63.274.006,33	6.830.660,05	70.104.666,38	61.679.464,87	2.602.304,06	64.282.301,93
(+) (-) Imp. Inv. PCC	(11.224,37)	-	(11.224,37)	-	-	-
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(41.278,37)	-	(41.278,37)	-	-	-
TOTAL	63.232.728,00	6.830.660,05	70.063.387,51	61.679.464,87	2.602.304,06	64.282.301,93

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

(c) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.270.220,67	6.303.621,10	5.000.654,00
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	37.158,00	4.762.977,13	7.013.586,31
Desvalorização de Títulos Livres	5.300,26	6.300,26	-
(+) Desvalorização de Títulos Livres	(38.843,83)	(45.587,63)	-
TOTAL	32.722.984,92	5.741.639,92	6.437.590,31

7 Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empresários e Titulares Descontantes	50.272.045,12	50.530.055,72	100.812.100,84	41.845.034,57	37.262.113,95	78.107.148,55
Financiamentos	603.710,20	1.414.570,20	2.018.280,40	632.274,00	1.007.362,10	2.200.636,79
Financiamentos Rurais	4.721.318,92	1.215.210,08	5.937.229,00	137.125,38	327.000,00	464.725,38
Total de Operações de Crédito	55.018.774,27	53.165.872,06	108.177.846,33	42.632.434,54	38.197.089,08	81.827.500,72
(-) Provisão para Desvalorização de Crédito	(4.731.814,37)	(4.165.174,14)	(8.236.788,51)	(3.559.213,18)	(3.908.463,14)	(7.488.676,62)
TOTAL	50.345.159,90	48.665.697,92	99.050.857,82	39.071.221,46	35.287.602,54	74.358.624,10

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Período de Maturidade	Empresário / Titular	Financiamento	Financiamento Rural	Total em 31/12/2023		Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
				Circulante	Não Circulante			
A/A - Normal	8.423.575,25	-	-	8.423.575,25	-	8.423.575,25	-	8.423.575,25
A 0,5% Normal	27.525.428,10	745.526,94	4.270.7.1.58	31.071.740,03	1.161.280,70	20.131.407,24	(10.627,04)	20.131.407,24
B 1% Normal	27.382.830,71	121.820,05	-	27.382.830,71	121.820,05	27.382.830,71	21.285.240,30	21.285.240,30
B 1% Vencidas	112.056,27	-	-	112.056,27	-	112.056,27	1.120.000	1.120.000
C 3% Normal	10.500.000,00	100.020,00	600.010,41	10.720.030,41	100.020,00	10.720.030,41	17.420.240,29	17.420.240,29
C 3% Vencidas	600.104,31	-	-	600.104,31	-	600.104,31	224.771,76	224.771,76
D 10% Normal	4.098.595,00	289.158,74	-	4.287.753,74	-	4.287.753,74	3.551.530,54	3.551.530,54
D 10% Vencidas	1.031.433,70	-	-	1.031.433,70	-	1.031.433,70	2.250.320,25	2.250.320,25
E 30% Normal	4.188.147,00	-	-	4.188.147,00	-	4.188.147,00	1.451.558,77	1.451.558,77
F 30% Vencidas	1.276.510,18	104.072,14	-	1.380.582,32	-	1.380.582,32	1.120.170,26	1.120.170,26
F 50% Normal	1.214.158,71	-	-	1.214.158,71	-	1.214.158,71	3.105.170,15	3.105.170,15
F 50% Vencidas	1.202.000,00	-	-	1.202.000,00	-	1.202.000,00	507.367,38	507.367,38
G 70% Normal	701.711,11	-	-	701.711,11	-	701.711,11	(40.107,78)	660.100,32
G 70% Vencidas	495.717,23	-	-	495.717,23	-	495.717,23	345.840,47	345.840,47
H 100% Normal	587.275,00	-	-	587.275,00	-	587.275,00	598.811,87	598.811,87
H 100% Vencidas	2.003.550,54	-	-	2.003.550,54	-	2.003.550,54	1.401.850,24	1.401.850,24
Total Normal	80.073.060,25	1.963.434,35	5.407.229,00	100.442.723,60	1.002.831,88	74.895.548,71	14.387.415,60	14.387.415,60
Total Vencidas	7.729.870,58	104.052,14	-	7.833.922,72	1.380.865,85	7.131.851,84	13.031.241,02	13.031.241,02
Total Geral	100.002.130,84	2.067.366,49	5.507.239,00	100.277.626,33	1.380.787,69	81.827.500,72	17.468.676,72	17.468.676,72
Provisões	(8.102.148,57)	(13.690,82)	(3.226.768,91)	(8.226.768,91)	(7.420.070,02)	-	-	-
Total Líquido	91.697.982,27	1.953.565,57	5.399.279,00	99.050.857,82	9.206.830,82	74.258.824,10	17.468.676,72	17.468.676,72

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	A 0 a 30	De 31 a 360	A Mais

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empreendimentos	Financiamento	Financiamento Runas	% da Carteira	31/12/2021	31/12/2022
Sector Privado - Comércio	12.089.240,80	409.818,49	-	11,88%	12.556.085,32	12.209.140,49
Sector Privado - Indústria	1.040.248,01	-	-	1,01%	1.020.248,01	911.158,91
Sector Privado - Serviços	44.388.352,92	4.012.081,24	-	41,41%	44.241.542,18	37.084.428,87
Pessoas Físicas	40.510.186,66	1.120.250,02	5.407.220,00	43,45%	47.050.670,47	30.720.756,01
Outros	2.732.118,37	-	-	2,57%	2.732.118,37	2.201.020,71
TOTAL	109.502.130,84	2.069.286,49	5.407.220,00	100,00%	109.277.646,38	81.827.580,72

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2022
Saldo Inicial	(7.468.676,62)	(5.140.205,60)
Créditos baixados como prejuízo	8.400.589,15	1.974.404,27
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(12.841.127,00)	(7.200.006,37)
Resumo da provisão para operações de crédito	4.852.428,55	2.905.943,28
Saldo Final	(5.226.788,51)	(7.468.676,62)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	3.221.000,16	3,53%	2.748.441,10	3,30%
10 Maiores Devedores	24.484.968,91	22,01%	15.860.676,10	10,04%
50 Maiores Devedores	40.440.562,86	44,74%	30.064.479,12	44,04%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2022
Saldo Inicial	17.904.936,28	17.079.740,11
Valor das operações recuperadas no período	11.523.486,94	(1.427.500,90)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(436.156,37)	(603.305,74)
Valor das operações transferidas no período	7.520.444,87	2.940.301,51
Saldo Final	23.406.758,84	17.004.936,28

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8 Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)						
Honrados (a)	1.037.215,13	-	1.037.215,13	745.696,12	-	745.696,12
Rendas a Receber (b)	267.610,41	-	267.610,41	357.721,61	-	357.721,61
Desvalores por Compra de Valores e Bens (c)						
Títulos e Créditos a Receber (d)	671.610,26	35.000,00	706.610,26	751.500,26	65.000,00	816.500,26
Devedores por Depósitos em Garantia (e)						
Garantia (e)	-	76.122,00	76.122,00	-	90.627,70	90.627,70
TOTAL	2.143.335,48	111.122,00	2.254.457,48	3.186.535,33	104.327,70	3.290.863,03

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2021			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	23.941,41	-	23.941,41	38.349,98	-	38.349,98
Rendas de Cartões	222.889,29	-	222.889,29	141.298,40	-	141.298,40
Rendas em Centralização Financeira e Recursos da Cooperativa Central	-	-	-	801,11	-	801,11
Rendas de Poupança	5.457,83	-	5.457,83	-	-	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	12.524,01	-	12.524,01	200.472,12	-	200.472,12
TOTAL	267.810,41	-	267.810,41	387.721,61	-	387.721,61

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 249.042,97); e outros (R\$ 16.337,66);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2021			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fixa Móveis	-	36.215,04	36.215,04	-	2.638,08	2.638,08
Interposição de Recursos Fiscais	-	24.620,04	24.620,04	-	24.620,04	24.620,04
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	11.988,00	11.988,00	-	11.988,00	11.988,00
TOTAL	-	78.122,08	78.122,08	-	39.627,70	39.627,70

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Avaria e Flanços Honrados	(921.093,00)	-	(921.093,00)	(673.006,24)	-	(673.006,24)
Cultura Créditos com Considerações de Concessão de Crédito	(5.041,00)	(3.500,00)	(8.541,00)	(20.745,27)	(0.500,00)	(20.745,27)
TOTAL	(927.735,07)	(3.500,00)	(931.235,07)	(594.553,51)	(0.500,00)	(594.553,51)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avaria e Flanços Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens		Total em 31/12/2023	Provisão em 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisão em 31/12/2022
			Circulante	Não Circulante				
A 0,5% Normal	-	-	-	-	-	14.085,74	(70,33)	
B 1% Normal	-	-	541.516,29	541.516,29	(5.415,16)	517.203,51	(0.178,94)	
D 10% Normal	-	-	65.000,00	65.000,00	(6.500,00)	215.000,00	(21.500,00)	
E 30% Normal	-	13.502,85	-	13.502,85	(4.065,30)	-	-	
E 30% Vendidas	-	100.452,26	-	100.452,26	(46.135,00)	160.202,84	(48.000,00)	
F 50% Normal	-	21.281,40	-	21.281,40	(10.631,70)	-	-	
F 50% Vendidas	-	110.525,05	-	110.525,05	(50.762,53)	70.614,43	(36.307,24)	
G 70% Vendidas	-	87.866,87	-	87.866,87	(31.766,50)	81.138,06	(18.197,16)	
H 100% Vendidas	-	825.357,85	-	825.357,85	(335.337,85)	424.738,71	(234.728,71)	
Total Normal	-	94.510,25	541.516,29	636.026,54	(64.132,57)	546.059,25	(27.749,27)	
Total Vendidas	-	1.003.001,16	-	1.003.001,16	(514.422,75)	748.626,12	(371.304,26)	
Total Geral	-	1.037.518,13	608.516,28	1.646.034,41	(631.215,41)	1.585.684,37	(601.053,51)	
Provisão	-	(921.093,00)	(0.341,84)	(931.235,07)	-	(601.053,51)	-	
Total Líquido	-	215.924,50	597.174,42	813.098,92	-	584.600,84	-	

9 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Comprometer	153.090,58	-	153.090,58	402.585,91	-	402.585,91
Imposto de Renda a Recuperar	1.103,73	-	1.103,73	1.103,73	-	1.103,73
TOTAL	154.194,31	-	154.194,31	404.177,62	-	404.177,62

10 Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adesmentos e Antecipações Saldos	31.141,07	-	31.141,07	25.473,53	-	25.473,53
Adesmentos para Pagamentos da Nossa Conta	14.330,01	-	14.330,01	14.330,01	-	14.330,01
Desvalores Diversos – Prazo fixo	114.243,52	-	114.243,52	243.538,87	-	243.538,87
Material em Estoques	13.512,50	-	13.512,50	5.168,50	-	5.168,50
Ativos não Financeiros para Venda – Recebíveis (a)	615.000,00	4.202.039,75	4.817.039,75	-	4.811.510,63	4.811.510,63
(+) Provisão Ativos não Físicos Mantidos para Venda - Recebidos (b)		(1.278.039,82)	(1.278.039,82)		(1.362.600,64)	(1.362.600,64)
Despesas Antecipadas (d)	257.557,64	-	257.557,64	158.156,74	-	158.156,74
TOTAL	917.093,04	3.004.789,73	4.921.882,77	447.953,65	3.598.351,70	4.096.305,44

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendentes a Regularizar	64.167,10	-	64.167,10	149.131,03	-	149.131,03
Pendentes Avaria	60.086,30	-	60.086,30	94.406,34	-	94.406,34
TOTAL	114.243,52	-	114.243,52	243.536,87	-	243.536,87

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 58.588,78), processamento de dados (R\$ 5.221,05), vale alimentação (R\$ 134.537,65), contribuição cooperativista (R\$ 8.911,45) e outras (R\$ 599,00).

11 Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso		6.350,00	75.421,86
Fornentes		200.757,50	200.757,50
Edificações	4%	500.620,86	500.620,86
Instalações	10%	1.500.252,92	540.000,70
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.512.122,31	1.200.757,24
Sistema de Processamento da Declaração	20%	1.373.333,43	1.298.289,77
Sistema de Segurança e Comunicação	10%	50.813,67	40.245,90
Total de Imobilizado de Uso		5.848.549,80	4.755.111,87
(+) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(402.040,00)	(363.072,66)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(373.058,50)	(285.015,00)
(+) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.693.706,00)	(1.072.371,77)
Total de Depreciação do Imobilizado de Uso		(2.661.435,00)	(2.320.388,43)
TOTAL		3.187.114,81	2.434.722,44

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12 Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistema De Processamento Da Declaração	20%	82.578,30	57.835,40
Sistema De Comunicação E De Segurança	30%	87.449,52	87.449,52
Intangível		167.027,82	155.284,92
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(111.347,38)	(82.563,43)
Total de Amortização de Ativos Intangíveis		(111.347,38)	(82.563,43)
TOTAL		55.680,44	72.721,49

13 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	
Depósito à Vista [a]	91.205.225,80	-	91.205.225,80	27.717.937,80	-	27.717.937,80
Depósito S/nc Aviso	1.420.415,00	-	1.420.415,00	1.104.620,24	-	1.104.620,24
Depósito à Prazo [b]	130.325.030,89	356.710,07	130.681.750,90	102.500.040,89	-	102.500.040,89
TOTAL	163.011.637,20	356.710,07	163.368.347,25	130.325.030,89	-	130.325.030,89

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	6.634.266,34	3,40%	3.204.960,18	2,45%
10 Maiores Depositantes	36.061.247,57	18,28%	20.288.785,14	15,87%
50 Maiores Depositantes	52.471.574,47	35,34%	47.193.749,29	35,88%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Depósitos de Aviso Prévio	(61.183,01)	(169.617,35)	(163.314,10)
Operações de Depósitos a Prazo	(5.817.687,85)	(13.117.289,04)	(10.831.742,54)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(92.783,10)	(92.783,10)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(117.447,60)	(216.305,10)	(160.402,70)
TOTAL	(7.141.121,35)	(13.593.085,74)	(11.182.529,35)

14 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissões de Letras de Créd.						
Imobilizado - LCI	3.040.425,41	-	3.040.425,41	-	-	-
TOTAL	3.040.425,41	-	3.040.425,41	-	-	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos
- Despesas com operações de captação de mercado.

15 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	4.176.366,00	1.216.210,00	5.392.576,00	122.182,20	313.600,00	435.782,20
TOTAL	4.176.366,00	1.216.210,00	5.392.576,00	122.182,20	313.600,00	435.782,20

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 12,05 % ao ano, com vencimento até 24/07/2029.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23		31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(258.902,73)		(330.604,16)		(19.987,32)	
TOTAL	(258.902,73)		(330.604,16)		(19.987,32)	

16 Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondência NC Pts	76,14	-	76,14	-	-	-
TOTAL	76,14	-	76,14	-	-	-

17 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.084.832,80	-	2.084.832,80	2.675.180,10	-	2.675.180,10
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.650,00	-	4.650,00	2.030,70	-	2.030,70
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	37.032,20	-	37.032,20	37.040,00	-	37.040,00
TOTAL	2.126.514,90	-	2.126.514,90	2.712.302,90	-	2.712.302,90

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	210,50	-	210,50	823,94	-	823,94
Convênio Saneamento	2.312,57	-	2.312,57	-	-	-
Descontos de Pagamento	2.080.000,00	-	2.080.000,00	2.858.241,77	-	2.858.241,77
Cobrança de Terceiros em Trânsito	2.133,52	-	2.133,52	9.534,57	-	9.534,57
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	170,00	-	170,00	60,00	-	60,00
TOTAL	2.084.832,80	-	2.084.832,80	2.675.180,10	-	2.675.180,10

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - ICF	36.414,40	-	36.414,40	36.510,40	-	36.510,40
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	617,04	-	617,04	1.525,00	-	1.525,00
TOTAL	37.031,44	-	37.031,44	38.035,40	-	38.035,40

18 Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	425.671,41	100.725,38	526.396,80	426.673,44	103.314,50	442.987,94
Provisão Para Contingências (b)	128.951,97	-	128.951,97	334.177,37	-	334.177,37
TOTAL	554.623,38	100.725,38	655.348,66	760.850,81	103.314,50	763.464,31

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Cofremprest. (Provisões)	TOTAL	Cofremprest. (Provisões)	TOTAL
Provisão para Contingências	13.377.074,18	13.377.074,18	11.720.270,50	11.720.270,50
TOTAL	13.377.074,18	13.377.074,18	11.720.270,50	11.720.270,50

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
MES FILHA	-	39.215,04	-	3.530,18
Trabalhistas	-	11.858,80	-	11.858,80
Outras Contingências	128.951,97	24.920,84	334.177,37	24.020,84
TOTAL	128.951,97	78.132,68	334.177,37	39.527,70

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIÇUCAR, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 50.790,62 (em 2022 totalizando R\$ 287.477,37). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições Federais	41.854,82	-	41.854,82	-	-	-
Impostos e Contribuições de Serviços de Telecomunicações	15.012,71	-	15.012,71	-	-	-
Impostos e Contribuições sobre Bens	280.878,18	-	280.878,18	145.458,53	-	145.458,53
Outros (a)	73.046,01	-	73.046,01	67.101,64	-	67.101,64
TOTAL	420.789,80	-	420.789,80	275.335,32	-	275.335,32

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	50.957,04	-	50.957,04	48.957,04	-	48.957,04
ISSQN a recolher	11.712,00	-	11.712,00	7.878,77	-	7.878,77
PIS (lacreto) a recolher	1.310,00	-	1.310,00	930,76	-	930,76
COFINS a recolher	0.172,10	-	0.172,10	0.167,72	-	0.167,72
IRRF sobre juros da capital	883,77	-	883,77	5.130,75	-	5.130,75
TOTAL	73.046,01	-	73.046,01	87.001,84	-	87.001,84

20 Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	185.698,96	-	185.698,96	758.194,38	-	758.194,38
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	417.591,22	-	417.591,22	425.429,98	-	425.429,98
Provisão para Pagamentos a Eleitor (c)	1.045.714,52	-	1.045.714,52	1.038.585,81	-	1.038.585,81
Créditos Diversos - Pata (d)	300.324,32	-	300.324,32	457.750,00	-	457.750,00
TOTAL	2.658.287,02	-	2.658.287,02	2.015.640,67	-	2.015.640,67

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa de Capital a Fazer (a.1)	460.176,00	-	460.176,00	376.270,01	-	376.270,01
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	400.521,07	-	400.521,07	378.874,37	-	378.874,37
TOTAL	865.698,07	-	865.698,07	755.144,38	-	755.144,38

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Mil	Circulante	Total	Mil	Circulante	Total
Deposiadas de Pessoal	813.789,02	-	813.789,02	872.053,98	-	872.053,98
Caixas de Transações Interfinanceiras	14.831,48	-	14.831,48	208.857,01	-	208.857,01
Seguro Previdenciário	76.407,57	-	76.407,57	72.738,70	-	72.738,70
Deposiadas com Cartões	55.494,18	-	55.494,18	57.253,75	-	57.253,75
Segurança e Vigilância	24.763,20	-	24.763,20	24.760,40	-	24.760,40
Manutenção e Conservação de Bens	6.915,40	-	6.915,40	9.289,89	-	9.289,89
Transporte	4.449,00	-	4.449,00	4.502,01	-	4.502,01
Compreensão	13.020,00	-	13.020,00	13.386,00	-	13.386,00
Outras Provisões para Pagamentos a Efetuar	35.325,00	-	35.325,00	52.754,38	-	52.754,38
TOTAL	1.045.214,52	-	1.045.214,52	1.168.515,80	-	1.168.515,80

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Mil	Circulante	Total	Mil	Circulante	Total
Pendingentes a Requerentes Banco Bradesco	3.814,05	-	3.814,05	1.103,00	-	1.103,00
Balões Circulares - Encaminhamento CC	14.017,83	-	14.017,83	30.631,21	-	30.631,21
Cheques Depositados Relativos a Descontos						
Aguardando Comparticipação	54.847,64	-	54.847,64	44.029,82	-	44.029,82
Outros	3.106,79	-	3.106,79	674,03	-	674,03
Pendingentes a Requerentes	24.161,71	-	24.161,71	281.025,19	-	281.025,19
Outros Credores Diversos - País	210.100,00	-	210.100,00	101.290,30	-	101.290,30
TOTAL	300.324,12	-	300.324,12	457.750,65	-	457.750,65

21 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	16.015.420,94	12.865.040,06
Quantidade de Cooperados	10.625	9.828

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2023 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 7.083,18.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da seguinte forma:

- 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 834.713,34.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/Perdas do exercício	1.214.517,61	1.812.356,78
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	(32.035,50)
(+) Atribuição do FATES para Fundos Voluntários	72.951,78	74.847,27
Base de cálculo das destinações	1.237.510,39	1.854.818,55
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(705.126,31)	(327.458,20)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(64.375,12)	(82.745,50)
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	515.000,96	834.713,34

- 55 % para a Reserva Legal, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 30% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ (529.681,81) e 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ (1.324.022,35). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

22 Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos provenientes de serviços	1.820.190,37	1.814.088,14
Despesas referentes de atos não cooperativos	(314.450,20)	(211.748,96)
Dispêndios apropriados na proporção das receitas de atos não cooperativos	(481.745,32)	(605.930,59)
Resultado operacional	834.094,85	918.073,63
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	150.067,68	125.874,97
Resultado de atos não cooperativos (líquido)	984.060,54	1.042.053,60
IRPJ/CSSL	(163.252,87)	-
Deduções - Res. Sicoob 120716 e Res. 14510	(1.016.340,71)	(1.042.053,60)
Resultado de atos não cooperativos (líquido)	(150.408,83)	32.085,50

23 Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos e Descontos	69.055,41	124.022,14	197.807,08
Rendas de Empréstimos	10.121.357,97	20.459.056,03	11.211.870,98
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.302.301,91	2.010.124,61	2.210.073,23
Rendas de Financiamentos	248.302,80	452.912,88	370.108,76
Rendas de Financiamento Rural - Recursos Livres	41.517,00	49.877,60	5.841,05
Rendas de Financiamento Rural - Recursos Direcionados à Venda	29.885,64	28.582,93	-
Rendas de Financiamento Rural - Recursos Direcionados à Produção Rural	8.141,34	10.261,50	21.403,08
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	101.000,00	254.601,80	3.008,22
Recuperação De Créditos Exercida Como Projeto	1.840.581,44	2.224.887,10	1.827.395,34
TOTAL	14.372.086,77	26.302.660,74	16.368.101,36

24 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Captações	(7.141.121,38)	(12.503.085,74)	111.182.529,33
Despesas De Créditos, Por Emprestimos, E Recursos	(261.852,73)	(391.004,18)	618.817,12
Provisão/Reserva para Perdas, Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.391.056,87)	(6.506.621,99)	(6.032.019,66)
Despesas de Provisão para Operações de Crédito	2.187.287,53	4.562.428,55	2.145.943,25
Reversões de Provisão para Curtos Créditos	50.775,58	141.540,22	60.200,18
Provisão para Operações de Crédito	(2.000.419,24)	(12.541.127,00)	(7.200.005,37)
Provisão para Curtos Créditos	(626.053,22)	(1.418.566,08)	(518.211,42)
TOTAL	(9.792.073,16)	(26.430.711,78)	116.206.416,11

25 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobranças	247.000,17	477.821,70	481.183,18
Rendas por Serviços de Pagamento	194.238,00	1.096.946,14	-
Rendas de Compras	34.947,20	70.502,60	73.075,00
Rendas de Compra	686.575,27	1.275.898,11	1.160.717,46
Rendas de Cartões	131.810,26	320.160,88	122.783,41
Rendas de Outros Serviços	111.547,89	210.874,33	252.285,78
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	78.877,00	67.790,16	-
TOTAL	2.097.868,41	3.820.609,00	2.590.850,56

26 Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Picos de Demanda - PF	350.000,00	774.044,02	716.200,17
Rendas de Tarifa que Promovem - PF	87.500,01	132.907,08	155.200,19
Rendas de Tarifa por Diferenças - PF	-	-	3.200,88
Rendas de Serviços Especiais - PF	0,15	0,15	-
Rendas de Tarifa Bônus/Bônus - PJ	440.700,00	841.205,20	618.863,06
TOTAL	1.800.072,02	1.041.750,63	1.762.003,15

27 Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(128.404,72)	(155.857,02)	(148.800,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(320.360,60)	(450.174,73)	(427.293,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(810.441,78)	(1.229.000,97)	(1.229.034,55)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(730.351,42)	(1.197.701,01)	(1.161.860,73)
Despesas de Pessoal - Fériente	(2.010.600,50)	(3.220.000,50)	(3.260.010,45)
Despesas de Pessoal - Transporte	(22.272,58)	(381.184,18)	(353.921,21)
Despesas de Remuneração de Executivos	(72.181,94)	(117.811,94)	(103.857,56)
TOTAL	(3.917.222,98)	(7.885.275,24)	(6.871.371,05)

28 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(87.405,88)	(170.795,01)	(153.178,38)
Despesas de Aluguel	(209.049,22)	(418.090,66)	(390.264,47)
Despesas de Comunicação	(110.319,51)	(214.262,27)	(265.112,47)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(21.090,40)	(34.677,03)	(33.860,00)
Despesas de Material	(54.472,82)	(99.481,85)	(85.838,08)
Despesas de Processamento de Dados	(222.034,25)	(478.498,88)	(422.699,10)
Despesas de Prêmios e Reembolsos Públicos	(101.031,19)	(181.984,26)	(215.749,25)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(70.241,10)	(124.300,62)	(73.404,14)
Despesas de Publicações	(229,00)	(624,00)	(184,08)
Despesas de Seguros	(66.412,95)	(112.609,00)	(107.020,10)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(329.710,73)	(789.230,44)	(920.268,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(300.341,58)	(507.871,15)	(555.490,87)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(288.840,25)	(388.851,74)	(363.558,97)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(436.218,45)	(568.567,74)	(720.242,62)
Despesas de Transporte	(149.815,13)	(200.391,22)	(282.281,51)
Despesas de Viagem no País	(40.615,72)	(116.603,45)	(102.800,66)
Despesas de Depreciação/Amortização	(192.953,43)	(267.481,26)	(245.200,43)
Outras Despesas Administrativas [a]	(597.078,63)	(1.158.010,41)	(1.412.671,08)
TOTAL	(8.140.667,08)	(16.498.862,19)	(16.453.738,83)

a) O saldo das Outras Despesas Administrativas está composto:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com Impostos e Taxas	-	(234,00)	-
Descontos	(9.767,60)	(13.293,32)	(8.800,80)
Contribuição sindical patronal	-	-	(900,00)
Emolumentos Judiciais e Coroários	(145.104,24)	(322.182,40)	(201.501,00)
Impostos Internos	(23.368,58)	(40.471,78)	(28.271,86)
Lanches e refeições	(19.501,50)	(34.088,57)	(35.073,73)
Uniformes e vestuário	(3.365,00)	(7.345,00)	(13.700,00)
Contribuição ao OCE	(30.984,20)	(25.140,97)	(25.723,07)
Taxas da Junta Comercial	(533,70)	(692,23)	(747,10)
Impostos e taxas	-	(189,00)	-
Reemb. de despesas da Central	(171.004,87)	(280.615,47)	(167.767,87)
Materiais de limpeza	(2.365,22)	(8.401,62)	(8.885,00)
Reemb. de despesas da Sicoob Cont.	(103.031,50)	(220.000,00)	(270.140,15)
Outras despesas administrativas	(1.002,40)	(38.002,59)	(190.277,70)
TOTAL	(647.878,63)	(1.158.010,41)	(1.412.671,09)

29 Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(45.370,16)	(90.740,76)	(107.276,56)
Desp. Imprensa e Serviços - ISS	(30.958,28)	(62.156,48)	(59.818,18)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(12.450,23)	(15.457,52)	(17.150,72)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(28.703,17)	(62.415,80)	(44.721,39)
TOTAL	(148.623,59)	(289.430,55)	(304.028,83)

30 Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	204.017,76	348.707,07	162.213,74
Dividendos	-	34.000,00	11.478,20
Divulgação de sobreavaliação	-	48.568,17	43.381,39
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	-	4.807,77
Outras rendas operacionais	18.771,87	44.179,43	11.367,32
Rendas estruturadas de contas de crédito e adquirência	424.284,10	1.251.548,75	1.244.963,21
Juros do Capital - Recursos da Central	333.427,00	333.427,00	203.009,29
TOTAL	1.220.331,59	2.692.798,95	1.467.379,79

31 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociação	-	-	(162,19)
Outras Despesas Operacionais	(731.770,16)	(1818.405,34)	(249.884,83)
Despesas com Benefícios Associados a Transações de Pagamento	(327.317,77)	(372.147,77)	-
Descontos/Cancelamento de Tarifa	(281.695,84)	(592.057,39)	(439.346,48)
Contrib. ao Fundo de Reserva de Fraudes Externas	(3.303,84)	(12.807,60)	(34.744,00)
Pend. - Fraudes Externas	-	-	(37.051,69)
Pordos - Demanda Trabalhista	-	(111.002,57)	-
Pordos - Prática Irregular	(7.429,70)	(7.429,70)	(8.072,61)
Pordos - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(5.831,37)
Pordos - Falhas de Garantimento	(50.080,51)	(62.925,15)	(6.843,41)
Despesas de Assistência Técnica, Educacional e Social	(891.827,25)	(72.884,76)	(74.647,77)
TOTAL	(1.765.338,57)	(2.382.583,30)	(874.516,19)

32 Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisão/Reversão para Contingências	(52.719,85)	(57.719,85)	(369.789,02)
Provisão para Detinendas Tributárias	(4.929,23)	(4.929,23)	(1102.184,79)
Provisão para Contingências	(17.790,67)	(17.790,67)	(267.604,21)
Provisão/Reversão para Garantias Pessoais	(94.932,75)	(92.098,69)	(117.227,94)
Provisão para Garantias Pessoais	(400.401,40)	(740.559,01)	(348.484,24)
Reversões da Provisão para Garantias Pessoais	336.500,65	645.450,42	531.267,20
TOTAL	(147.652,90)	(159.918,44)	(481.018,08)

33 Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Juros em Transações com Alíveis Não Financeiros Mantidos P/ Venda	25.027,01	47.620,00	48.231,00
Juros em Transações com Outras Valores Em Tens.	-	-	2.000,00
Carteira de Capital	5.639,50	8.144,00	16.056,00
Rendas de Aluguel	6.139,90	6.138,80	1.600,00
Provisão/Reversões Não Operacionais			
Reversão de Outras Provisão/Reversões Não Operacionais	-	-	290.034,12
Outras Rendas Não Operacionais	47.195,44	99.554,71	13.155,80
(+) Provisão em Transações com Alíveis Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(106.600,42)
(-) Partes da Capital	12.382,50	(3.300,00)	(0.600,45)
TOTAL	81.591,17	169.466,69	(166.874,87)

34 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

35 Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 31 de dezembro de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	54.351,00	0,0361%	272,75
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	29.030,00	0,0197%	153,00
TOTAL	83.380,00	0,0558%	425,75
Montante das Operações Passivas	256.620,15	0,3018%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023			
Emprestimos e Financiamentos		0,0198%	
Muitas Descontados e Cheques Descontados		0,0367%	
Avaliações Financeiras		0,2368%	

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.918,99	90,09	0,0202%
Empréstimos	26.275,29	131,38	0,0919%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	30.041,66	0,0983%	
Depósitos a Prazo	571.017,84	0,4324%	0,0361%
Leta de Crédito Imobiliário - LCI	165.440,83	0,1127%	0,0325%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas (%)	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	2,7400%	28,38
Avaliações Financeiras - Pós Fixadas (% CDI)	98,2175%	102,38
Leta de Crédito Imobiliário - LCI	0,0405%	30,31

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alcada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Direitos Creditórios Descontados	20.904,50
Empréstimos	74.481,04

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Banco	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de Outras Cooperativas	23.443,25	17.488,51

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
INSS - Benefícios Correlatos	(51.826,84)	(113.765,28)	(51.370,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(300.358,84)	(550.174,73)	(447.299,52)

a) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
62.172,29	19.529,32

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB CREDIÇUCAR, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIÇUCAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	22.377,10	60.493,56
Ativo - Participações de Cooperativas	3.360.647,98	2.470.850,22
Total das Operações Ativas	3.405.025,18	2.531.343,88

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Retorno de Despesas da Central	(171.024,82)	(360.635,87)	(557.767,88)
Total das Despesas	(171.024,82)	(360.635,87)	(557.767,88)

36 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	30.815.092,84	18.229.394,95
Alívio Ponderado pelo Risco (RWA)	155.003.021,29	124.724.199,35
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	15,42%	14,82%
Limite neutro para cálculo do limite	2.975.114,71	2.434.722,74
Índice de Imobilizado (mínimo 50%) %	14,31%	13,36%

37 Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ajuda de custo	-	-	(1.642,91)
Acessórios e materiais	(50.621,70)	(87.484,35)	(12.054,03)
Ajuste de imobilizado	(713.172,95)	(1.324.450,44)	(1.072.979,22)
Auxílio creche/berçário	(52.647,00)	(104.017,10)	(10.450,20)
TOTAL	(716.441,70)	(1.525.866,70)	(1.736.014,55)

38 Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

- a) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- b) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- c) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- d) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

39 Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Santa Cruz das Palmeiras - SP

Daniel Sossai
Diretor Administrativo

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador - CRC 1SP251999/O-4



Parecer do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal da Cooperativa de Credito de
Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e
Região – SICOOB CREDIÇUCAR

106

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região – SICOOB CREDIÇUCAR, pelos seus membros infra assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, a Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, as Demonstrações Financeiras e concluímos, com base no Parecer da Moore Prisma Auditores e Consultores, sem ressalvas, as documentações analisadas refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

Santa Cruz das Palmeiras-SP, 13 de março de 2024

Antonio Duarte Ribeiro
Conselheiro Fiscal
CPF: 073.652.508-44

Ederson Fabiano Bardellin
Conselheiro Fiscal
CPF: 220.167.148-67

Sônia Rosines Boscolo
Conselheira Fiscal
CPF: 059.084.038-06



SICOOB
Crediçucar



PA - 00 SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS

Rua Coronel Penteado, 427 - Centro
Santa Cruz das Palmeiras - SP
13650-009

PA - 01 VARGEM GRANDE DO SUL

Rua Santana, 556 - Centro
Vargem Grande do Sul - SP
13880-000

PA - 02 PORTO FERREIRA

Rua Dona Balbina, 626 - Centro
Porto Ferreira - SP
13660-039

PA - 03 CASA BRANCA

Rua Altino Arantes, 374 - Centro
Casa Branca - SP
13700-000

CREDIÇUCAR DIGITAL

0800 591 7940
WhatsApp (19) 9 9468 5552



sicoobcredicucar4376



sicoobcredicucar



sicoobcredicucar4376



sicoobcredicucar4376



credicucar4376

credicucar.com.br